

Ruy Sardinha Lopes
Natália Pauletto Fragalle

Rio Criativo

O projeto Porto Maravilha em questão

Resumo

Tida como o maior projeto de intervenção urbana da América Latina, a Operação Urbana Consorciada da Região do Porto do Rio de Janeiro, uma parceria entre o poder público e a iniciativa privada conhecida pelo nome fantasia de PROJETO PORTO MARAVILHA, vem, sob o alibi da chegada dos megaeventos esportivos à cidade e do discurso que tenta ver na chamada economia criativa a oportunidade para se robustecer as economias locais, transformando a região portuária numa espécie de câmara de decantação das práticas urbanas neoliberais adotadas em várias metrópoles do mundo. O presente artigo pretende refletir sobre os modos pelos quais tais práticas são aqui adotadas e os revezes que vêm causando sobre aqueles que estão submetidos à sua ênfase predatória.

Palavras-chave: Economia criativa; Cidade criativa; Porto Maravilha; Megaeventos esportivos.

Abstract

Considered the largest urban intervention project in Latin America, the 'Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro' or 'Urban Operation in the Rio de Janeiro Port Area', a partnership between the public and private sectors known by the trade name of PORTO MARAVILHA PROJECT (freely translated as 'Wonder Port Project'), comes under the alibi of the mega sporting events' arrival to the city and the discourse that tries to find in the so-called creative economy the opportunity to strengthen local economies, transforming the port area in a kind of a chamber that gathers neoliberal urban practices adopted in various cities of the world. This article aims, therefore, to reflect on the ways in which such practices are adopted here and the setbacks that are being caused on those who are subject to its predatory emphasis.

Keywords: Creative economy; Creative city; Porto Maravilha; Sports mega events.

Ruy Sardinha Lopes

é professor e pesquisador do IAU-USP, pesquisador do NEC-USP e vice-presidente da SOCIOCOM.

Natália Pauletto Fragalle

é graduanda no IAU-USP.

natalia.fragalle@usp.br

INTRODUÇÃO

Em um momento no qual a cultura e a criatividade se tornaram *commodities* e as cidades competem entre si para sediarem megaeventos que atraíam a atenção mundial e, conseqüentemente, grandes investimentos, o Rio de Janeiro parece finalmente ter atingido esse grande objetivo. Após ter realizado um primeiro ensaio com a vinda dos Jogos Pan Americanos de 2007, a cidade está sendo palco dos dois maiores eventos esportivos mundiais: a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas que ocorrem em 2016, constituindo a oportunidade ideal para a megapromoção da cidade, tida, agora, como “criativa” e “inovadora”.

As origens desta megaoperação de *image-making* podem ser remetidas a um modelo de gestão urbana iniciado entre as décadas de 1980 e 1990, o Planejamento Estratégico¹, que implica uma parceria entre os setores público e privado e tem como objetivo construir ou modificar a imagem de uma cidade de modo a promovê-la interna e externamente (Borja, 1996). Essa elaboração de uma *city image* se dá através de um conjunto formado por três analogias paradoxais: a cidade como mercadoria a ser “vendida”, competindo com as outras cidades; a cidade como empresa, com a necessidade de ser “gerida” como tal; e a cidade como pátria, com a qual os seus habitantes se identificam (Vainer, 2000). O Planejamento Estratégico também está ligado a uma valorização do cultural (Arantes, 2000), através da requalificação das áreas urbanas degradadas aliadas à instalação de equipamentos culturais para atrair o capital, desencadeando fenômenos como o da gentrificação, que divide a cidade entre áreas atendidas de forma adequada e áreas abandonadas pelo poder público.

O discurso sobre o Planejamento Estratégico atingiu o seu auge a partir do aparente sucesso do “modelo Barcelona”, com grande repercussão no Brasil e na América Latina, que utilizou-se da grande inversão de recursos destinados à preparação para os Jogos Olímpicos de 1992 para colocar em marcha um conjunto de projetos de intervenção urbana – já inseridos em um plano da cidade de reestruturação

1 Com a globalização, abriram-se novos horizontes de desenvolvimento para as cidades, que adquiriam destaque cada vez maior nos âmbitos político, econômico, social, cultural e midiático (Lopes, 1998). Porém, ao mesmo tempo, surgiram desafios inéditos a serem enfrentados, como a necessidade de centros de poder e controle global, com concentração de infraestrutura e serviços para torná-los possíveis. Dentro deste contexto, a partir da década de 1980, o Planejamento Estratégico começa a ser utilizado para gerar respostas competitivas aos desafios da globalização no contexto urbano. Com isto, novas questões urbanas aparecem, como produtividade e competitividade.

física, econômica e cultural –, adotando um modelo de gestão empresarial competitiva, investindo na promoção de sua imagem no exterior e na construção ou fortalecimento de seus equipamentos culturais e espaços públicos, tornando-se atualmente reconhecida “como uma cidade cultural por excelência, epicentro de produção criativa e polo de atração de negócios e talentos”² (Reis, 2009, p.4).

Entretanto, as condições políticas, a conjuntura socioeconômica nacional e internacional etc. fizeram com que as metas previstas nesse modelo de planejamento fossem perdendo fôlego ao longo do tempo, de modo que estaríamos agora assistindo a uma espécie de segundo turno ou retomada das formas de empresariamento da cidade. Não obstante o vínculo inequívoco com tal antecedente histórico, é importante ressaltar a edição de novos elementos, sobretudo um certo deslize semântico que vai do discurso da cidade-mercadoria à cidade-criativa, indicador, em nosso entendimento, dos ajustes espaciais promovidos pelas práticas neoliberalizantes em atuação no país.

Um exemplo paradigmático dessa estratégia, que ilustra como as questões de planejamento estratégico agora somadas ao conceito de criatividade estão sendo aplicados no Brasil, é a revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro. Ao se voltar para uma área tida como bastante degradada, mas possuidora, como veremos, de grande potencial “criativo”, o poder público não vem poupando esforços para convertê-la numa espécie de câmara de decantação dos novos investimentos nacionais e internacionais, constituindo uma espécie de laboratório urbano de atração de capital.

RIO CRIATIVO

Pode-se certamente remeter à edição do Plano Estratégico da cidade do Rio de Janeiro (PECRJ), elaborado entre 1993 e 1994, as origens de seu sonho olímpico. Na ocasião, e de olho na candidatura da cidade aos Jogos Olímpicos de 2004, o então prefeito

2 Porém cabe ressaltar aqui as críticas recebidas pelo “bem-sucedido” modelo adotado pela cidade, uma vez que foi privilegiada a imagem externa de Barcelona, deixando em segundo plano o bem-estar dos barcelonenses (Reis, 2009). A sua midiaticização exacerbada levou a cidade a um crescimento para além de suas possibilidades, o que provocou sérios efeitos sociais como o grande déficit habitacional e um dos mais altos índices de desemprego na Espanha (Arantes, 2012). Porém, Barcelona soube sistematizar tão bem os conceitos que envolvem o Planejamento Estratégico que conseguiu passar a impressão de que foi a pioneira no emprego deste modelo (Arantes, 2000), que foi exportado para todo o mundo, com destaque especial para a América Latina, como uma “fórmula de sucesso”.

do Rio de Janeiro, Cesar Maia, criou um Consórcio Mantenedor de tal plano que, contando com a consultoria de uma empresa catalã na qual figuravam Jordi Borja e Manoel de Form, tinha como principal objetivo “aproveitar a tradição esportiva do Rio de Janeiro” e, seguindo o exemplo de outras cidades [diga-se Barcelona], “aproveitar os jogos olímpicos para a transformação da cidade” (Prefeitura do Rio de Janeiro *apud* Vainer, 2011).

Tinha início, assim, uma longa parceria que, como vários analistas mostraram³, encarregou-se de transpor para o território nacional modelos de cidade e planejamento urbano de cunho neoliberal, cujos pressupostos e consequências já foram amplamente cotejados pela crítica especializada e que não nos caberia aqui retomar.

Assim, se Carlos Vainer (2011) tem razão ao enfatizar que o que se vive hoje é o resultado de um “processo lento, complexo, porém continuado, de constituição de um bloco hegemônico”, é curioso observar o quanto outro discurso, associado sobretudo ao *New Labour* inglês, veio mais recentemente juntar-se a tal bloco. Estamos nos referindo à ênfase no potencial econômico da criatividade, explicitado no discurso ao redor das indústrias criativas e, mais especificamente, no seu corolário espacial: as cidades criativas.

Ainda que as origens do termo estejam associadas ao processo de desindustrialização observado na Austrália em 1994⁴, será a partir do reconhecimento pelo governo de Tony Blair na Inglaterra de 1997 de que as indústrias que tinham sua “origem na criatividade individual, habilidade e talento” possuíam grande potencial para “riqueza e criação de empregos através da geração e exploração da propriedade intelectual” que o discurso se generaliza e atravessa o oceano.

Os resultados econômicos obtidos pela indústria criativa diante de uma economia “tradicional” em crise fizeram com que os olhares ávidos por ganhos fáceis se dirigissem para o setor. Logo se reconheceu que a relevância econômica da criatividade não se restringia apenas a bens e serviços culturais, mas afetava também as indústrias de bens ordinários (Junior, Junior, Figueiredo, 2011), dando origem a expressão economia criativa. Desta forma, a transposição des-

tes conceitos oriundos da “nova economia” para o pensamento e intervenções urbanas não tardou. Por intermédio de profissionais do eixo Austrália-Reino Unido-Estados Unidos-Canadá, advindos de áreas como Urbanismo, Economia e Sociologia (sobretudo no campo cultural), inicia-se a discussão sobre a cidade criativa.

Ainda que este seja um “conceito em formação” e que entre os seus analistas haja mais discordância que consenso, o fato é que, sobretudo a partir de 2004, ano em que se realizou na cidade de São Paulo a XI Conferência da UNCTAD, que contou com um painel sobre a questão das indústrias criativas na perspectiva dos países em desenvolvimento, tal discurso passa a ter grande ressonância entre os governos federal, estaduais e municipais, a ponto de ser criada no Brasil, em 2012, uma Secretaria da Economia Criativa⁵, no âmbito do Ministério da Cultura.

A economia criativa mostrava-se, assim, o novo caminho para o desenvolvimento, e o Rio de Janeiro apresentava-se, devido à sua “beleza natural, sua rica cultura e seu reconhecimento no exterior”, como uma cidade que possuía “potencial” para se desenvolver por meio da economia criativa.

A partir do estudo realizado em 2008 pela Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (Firjan) apontando que, no ano de 2006, as indústrias criativas correspondiam a 2,4% dos empregos formais e 17,8% do PIB do estado, fazendo do Rio de Janeiro o estado no qual tais indústrias têm o maior peso econômico (Reis, 2012) e do estudo realizado em 2009 pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e pela Relação Anual de Informações Sociais (Rais) que apontou a participação considerável da economia criativa na cidade do Rio de Janeiro, representando 11% dos empregos e 10% da massa salarial gerada naquele ano, apresentando uma tendência à concentração espacial das atividades ligadas à economia criativa na capital do estado, a Secretaria da Cultura do Governo do Estado do Rio de Janeiro (SEC/RJ), em parceria com a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro⁶ criou, em 2010, o Projeto

3 Entre eles, especialmente Otília Arantes, Carlos Vainer, Ermínia Maricato em Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

4 Em 1994, como resposta para o fenômeno da globalização e o processo de desindustrialização que ganhava cada vez mais força no hemisfério norte, o Primeiro-Ministro da Austrália, Paul Keating, lança uma política cultural para enfatizar a abertura do país para o mundo, intitulada “Nação Criativa”, reconhecendo pela primeira vez a cultura como um recurso identitário e econômico (Landry In Reis, Kageyama, 2011).

5 Com a recessão econômica e as diversas mudanças ministeriais que ocorreram com a crise política do atual governo, a Secretaria Nacional de Economia Criativa acabou por ser extinta em 2015 com a saída do Secretário Marcos André Carvalho que, segundo o MinC, solicitou desligamento do cargo para assumir, a convite do governo do Rio de Janeiro, a coordenação do programa de promoção da economia criativa nas Olimpíadas de 2016. Ainda segundo o Ministério da Cultura, a pasta está estudando o melhor arranjo institucional para contemplar os objetivos estratégicos da nova gestão (http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xLR9iTn/content/nota-de-esclarecimento-sobre-secretaria-de-economia-criativa).

6 Segundo a Secretaria de Cultura: “Além da parceria com a

Incubadora Rio Criativo, que conta, atualmente, com duas unidades: uma no centro da Cidade e outra na Baixada Fluminense, em São João do Meriti.

Com ações voltadas para “cursos, consultorias e eventos de sensibilização, que visam à disseminação da cultura empreendedora e à qualificação em planejamento e gestão para os empreendimentos criativos e iniciativas culturais no Estado, com o intuito de fortalecer o ambiente de negócios e de inovação para o setor” (SEC, 2016), a “Primeira incubadora do Brasil focada exclusivamente nos setores da economia criativa” (Rio Criativo, 2016) passou a integrar, desde 2012, a rede de Criativas Birôs do Ministério da Cultura⁷. O caminho estava aberto, pois, para que, em 2013, o Governo do Estado promulgasse o decreto-lei nº 44.159 que constituía o Rio Criativo – Programa de Desenvolvimento da Economia Criativa no Rio de Janeiro.

Como afirmado em seus Planos Estratégicos (2009-2012 e 2013-2016), a Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro reforça a importância das políticas públicas para o setor ao colocar como uma das aspirações do Plano tornar a cidade “referência mundial em serviços e tecnologia para a Indústria de Energia e o maior polo turístico do Hemisfério Sul” e “a capital líder no desenvolvimento da (Rio de Janeiro [prefeitura], 2013, p.8)

Aproveitando-se, pois, do momento em que um novo consenso em prol da economia criativa se formava, em âmbito nacional e internacional, e da oportunidade, episódica de sua alavancagem por meio dos holofotes oriundos da presença dos megaeventos esportivos, os governantes locais não pouparam meios para enaltecer a nova *city image*: “A expressiva e histórica vocação do Estado do Rio de Janeiro como polo nacional e mundial da Economia Criativa e seu potencial para o desenvolvimento socioeconômico

PUC-Rio, o Projeto Incubadora Rio Criativo conta com os seguintes parceiros: Ministério da Cultura (MinC); Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços do Rio de Janeiro (Sedeis); Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (Sect); Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj); Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro (JUCERJA); Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Rio de Janeiro (Sebrae-RJ); Prefeitura do Rio de Janeiro (PMRJ); RioFilme – Empresa Distribuidora de Filmes S/A e Prefeitura de São João do Meriti” (Disponível em <www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/rio-criativo>. Acessado em 13 out. 2016).

⁷ Criado em 2012, por iniciativa da Secretaria de Economia Criativa do MinC, os Criativas Birôs são escritórios públicos de atendimento e suporte a profissionais e empreendedores dos setores criativos brasileiros, atuando por meio da oferta de informação, capacitação, consultorias e assessorias técnicas, entre outros serviços voltados para a qualificação da gestão de projetos, produtos e negócios de micro e pequenos empreendimentos criativos.

fluminense” (Rio de Janeiro [governo do Estado], 2013).

O PROJETO PORTO MARAVILHA

Uma das ancoragens dessa iniciativa foi o projeto de intervenção na região portuária do Rio de Janeiro, conhecido como PROJETO PORTO MARAVILHA. De grande importância para a cidade devido à sua localização e seus aspectos políticos, econômicos e históricos, a zona portuária foi, a partir da década de 1960, alvo de um contínuo processo de obsolescência de suas áreas e estruturas, em parte devido ao desenvolvimento da tecnologia portuária e ao descaso do poder político que, privilegiando outras áreas da cidade, contribuiu para a estagnação de sua infraestrutura urbana.

Se, desde finais da década de 1970, a associação comercial do Rio de Janeiro vinha empreendendo esforços no sentido de reverter o processo de precarização da região, será a partir do Plano de Recuperação e Revitalização da Zona Portuária, elaborado em 2001 pelo Instituto Pereira Passos, órgão pertencente a Prefeitura do Rio de Janeiro, que a mesma será alvo de maior atenção.

Fortemente baseado em experiências internacionais de requalificações de zonas portuárias – como as do Porto Vell, Docklands e Puerto Madero, em Barcelona, Londres e Buenos Aires, respectivamente –, o Plano previa várias ações entre as quais a renovação urbana, a recuperação de imóveis preservados, o incentivo a novos usos – especialmente aqueles ligados à habitação – e o fomento à economia local em diversas escalas. Entre seus principais projetos constavam a criação de três novos píeres, a implantação de linhas de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) a Construção da Cidade do Samba, a requalificação da área histórica do Morro da Conceição, a Vila Olímpica da Gamboa e a Construção da Cidade das Artes – filial brasileira do Museu Guggenheim, cujo projeto ficou a cargo de Jean Nouvel. As enormes pressões populares sofridas pelo Plano, em especial no que se refere ao Museu Guggenheim, fizeram com que somente a Cidade do Samba e a Vila Olímpica da Gamboa fossem construídas, levando o então prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia, a desativar o programa em 2003.

Em 2009, sob a administração de Eduardo Paes e sob a perspectiva da vinda dos megaeventos esportivos para a cidade, principalmente os Jogos Olímpicos de 2016, as atenções do poder público e da iniciativa privada voltaram-se novamente para a região portuária e um novo projeto visando transformá-la em uma área turística, comercial, residencial e “criativa” vem à tona.

Assim, por meio da Lei Municipal nº 101/2009, aprovada de forma excepcional em apenas um mês após o anúncio da cidade como sede olímpica, foi criada a Operação Urbana Consorciada da Área de Especial Interesse Urbanístico da Região Portuária do Rio de Janeiro, que recebeu o nome fantasia de PORTO MARAVILHA, com o objetivo de promover a reestruturação local por meio da ampliação da articulação e revitalização dos espaços públicos da região portuária (CDURP, 2009).

Para coordenar o processo de implantação do Projeto Porto Maravilha, foi criada a Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro (CDURP), empresa de economia mista controlada pelo governo municipal, que tem como principais funções implementar e gerir a concessão das obras e serviços públicos na região e administrar os recursos patrimoniais e financeiros referentes ao projeto.

Tinha início, dessa forma, o “maior projeto de revitalização urbana da América Latina” compreendendo uma área de intervenção de cinco milhões de metros quadrados, obras de intervenções públicas orçadas em R\$ 8 bilhões e estimativas de negócios imobiliários na ordem de R\$ 40 bilhões (Amsler, 2011).

Presente nos Planos de 2009-2012 e 2013-2016, a região, tida como estratégica, é apresentada como possuidora de grande potencial econômico, turístico e social. Ainda que o Programa inclua aspectos de infraestrutura, urbanização e moradia (“Porto Maravilha”, “Bairro Maravilha”), incorporando, desta forma, muitos projetos previstos no Plano de 2001, como a construção do VLT, a modernização do Porto, a restauração e preservação de imóveis tombados e outros edifícios históricos etc. – e entre seus objetivos esteja incluído a permanência da população local na área em que vivem, prevendo-se a criação de habitações de interesse social, instalação de creches, escolas e Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) e a regularização e formalização das atividades econômicas locais –, dois aspectos, que estão interligados, nos chamam a atenção: a centralidade da dimensão cultural, enfatizada nos eixos “Polo Cultural da Zona Portuária”⁸ e “Rio Patrimônio-Centro”⁹, do Plano de

2013, e a tentativa de consolidar a região também como polo criativo. Na boa observação de Leopoldo Pio (2013,p.9):

Esse tipo de discurso sugere a ideia de que cultura e patrimônio tornam-se modos de comunicar a cidade, no sentido de valorizar a imagem urbana aos possíveis interessados (habitantes, turistas, investidores, empreendedores), produzindo mensagens sobre os encantos da vida local. Simultaneamente, a cultura passa a designar especialmente as atividades culturais – não só aquelas que possibilitam a crítica cultural ou o resgate de fatos significativos de determinada sociedade – mas principalmente aquelas que se legitimam pela sua rentabilidade.

Some-se a isso o aspecto altamente “gentrificador”, e portanto rentável, dos negócios urbanos de tais intervenções, explicitado tanto pela reconversão da avenida Francisco Bicalho em *boulevard* e a instalação de hotéis, restaurantes e equipamentos de cultura e lazer quanto, sobretudo, pela mudança da legislação urbanística da orla portuária que, por meio da edição dos Certificados de Potencial Adicional de Construção (Cepacs)¹⁰, vincula de maneira explícita as intervenções urbanísticas aos interesses do setor imobiliário, com o iminente prejuízo das populações de baixa renda ali residentes. Somente a título de exemplo, podemos citar o anúncio de vários empreendimentos corporativos para a região, entre os quais o Porto Atlântico, da Odebrecht Realizações Imobiliárias, lançado no dia 23 de março de 2013, com sete torres compostas por edifícios corporativos, comerciais e hotéis, estimado em R\$ 1,7 bilhão de Valor Geral de Vendas (VGV).

Constituindo uma espécie de bônus compensatório ao urbanismo segregador, também implantou-se na área projetos de grande impacto cultural, como o Museu de Arte do Rio (MAR), localizado na Pra-

cuperação, requalificação e incentivo ao uso sustentável do patrimônio histórico da cidade, focando em imóveis públicos e privados. O programa será focado prioritariamente em imóveis localizados no Centro Histórico da Cidade (idem, p.104).

10 Funcionando como um título financeiro, de modo que, quanto mas a área é valorizada, mais caros esses títulos se tornam, os recursos daí advindos são repassados para a Concessionária Porto Novo (a maior parceria público-privada do país, orçada em R\$ 7,3 bilhões) – empresa formada pelas grandes empreiteiras OAS Ltda., Norberto Odebrecht Brasil S.A. e Carioca Christiani-Nielsen Engenharia – designada para administrar, por 15 anos (havendo a possibilidade de prorrogação em até 30 anos) e em regime de concessão administrativa, os serviços públicos municipais de operação e manutenção, além das obras de requalificação da Área Especial de Interesse Urbanístico (AEIU). Ver a esse respeito o artigo de Mariana Fix: “Fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo (2000).”

8 Segundo o Plano Estratégico de 2013-2016, o Plano Zona que está sendo criado e que “já compreende o Museu do Amanhã no Pier Mauá e o Museu de Arte do Rio (MAR) na Praça Mauá” pretende “requalificar o Centro de Referência AfroBrasileiro no Centro Cultural José Bonifácio, a Cidade do Teatro nos Galpões da Gamboa, o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Memória Africana (incluindo Cemitério dos Pretos Novos, Pedra do Sal e o Cais do Valongo) e fomentar as iniciativas culturais de parceiros sediados na região” (Prefeitura, 2013, p.103).

9 Segundo o mesmo Plano, esta iniciativa “consiste na re-

ça Mauá, com projeto arquitetônico do escritório de Thiago Bernardes e Paulo Jacobsen (orçado em R\$ 74 milhões), e o Museu do Amanhã¹¹, no Píer Mauá, considerado a âncora cultural do projeto, assinado pelo arquiteto espanhol Santiago Calatrava (orçado em R\$ 215 milhões, tendo sido gastos, no momento de sua inauguração, cerca de R\$ 300 milhões). Ambos os projetos são iniciativas da Prefeitura do Rio de Janeiro e foram realizados em parceria com a Fundação Roberto Marinho de modo a reconfigurar a paisagem da Baía de Guanabara, tornando-se cartões-postais da cidade.

O segundo aspecto trata justamente do esforço dos governantes locais em atrair para a região a “nova classe criativa”¹². Como afirmado por Carolina Barbosa em matéria da *Veja Rio* de 15/08/2015:

Entrando na etapa final das obras de reurbanização, o Porto atrai empresas voltadas à indústria criativa e à tecnologia, *startups* tocadas — e bem tocadas, diga-se de passagem — por jovens que muitas vezes trajam bermuda e camiseta colorida. Em vez da poluição visual das zonas centrais do Rio, eles veem da janela a Baía de Guanabara. Descolados, pintam com cores fortes suas paredes, sentam-se em confortáveis poltronas em vez de usar cadeiras caretas, e alguns mantêm na sala até bonecos de plástico que lhes servem de mascotes (Barbosa, 2015)

Assim, se pelo menos desde 2011, por meio do convênio assinado entre a Prefeitura do Rio de Janeiro e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o objetivo de repensar o modelo de negócio da região a partir da atração para o local de atividades ligadas à economia criativa e projetos de alta tecnologia já estava colocado — sendo o Coletivo do Porto, um polo de cinco empresas do setor criati-

vo voltado para o “desenvolvimento de soluções integradas em comunicação, marketing, desenvolvimento digital e eventos”¹³, um dos primeiros a se instalar aí — será, a partir da união entre a CDURP, a Firjan e o Sebrae e uma rede de empreendedores, com o lançamento, em 2015, do Distrito Criativo do Porto, cujo objetivo é “promover oportunidades de negócios e construir uma agenda integrada de requalificação urbana e cultural” (Publicità, 2015), que a “vocaçã” da região será enaltecida, não só por meio da atração da classe e negócios “criativos”¹⁴, mas também pela promoção, na região, de um intenso calendário anual de eventos como o Fórum Criativo do Porto, a Feira do Porto, o Mercado Criativo, a Semana Design Rio, o Rio WebFest, a Feira Internacional de Arte do Rio (ArtRIO), entre outros.

MARAVILHA PARA QUEM?

A partir, principalmente, do já citado “modelo Barcelona”, fica claro o quanto o enfoque da vinda de megaeventos tornou-se uma estratégia de dinamização econômica das cidades-sede (Rolnik, 2016), alicerçada por uma poderosa propaganda oficial¹⁵ que busca transmitir aos investidores e à população local uma imagem extremamente positiva, apontando para o quanto a vinda desse tipo de evento é uma oportunidade para a realização de grandes obras que visam melhorar a qualidade de vida que a cidade tem a oferecer.

Entretanto, como aponta Raquel Rolnik (2016), a criação dessa nova imagem internacional da cidade, como parte integrante da preparação dos Jogos, e os grandes projetos de reestruturação urbana estão necessariamente acompanhados de impactos significativos que não afetam apenas o espaço físico, mas também produzem “mudanças econômicas, sociais

11 Em dezembro de 2015 o Museu do Amanhã foi inaugurado após cinco anos de obras, três anos de atraso e cinco adiamentos, contando ainda com dois embargos das obras: em 2013, devido à irregularidades na construção e, no início de 2015, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, devido à morte de um trabalhador que foi eletrocutado por conta de falhas nos dispositivos de proteção do sistema elétrico. O ocorrido gerou uma série de protestos dos operários que trabalharam nas obras de construção do museu, enquanto a Concessionária Porto Novo apenas lamentou o ocorrido e afirmou reconhecer a importância da fiscalização, reiterando seu compromisso com as normas de saúde e segurança do trabalho. Fonte: Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho (Disponível em <www.sinait.org.br/?r=site/noticiaView&id=10449>.. Acessado em 9 mar. 2015.

12 Ainda que discordemos do uso que Richard Florida (2011) faz da palavra “classe” e da vinculação desse conceito ao de criatividade, a alusão à sua expressão nos pareceu, aqui, oportuna.

13 Integram o coletivo a Piloti, a FGuaraná, a Ampliativo, a eConecta e a Filtra (Disponível em <www.coletivodoporto.com.br>. Acessado em 13 out. 2016).

14 No lançamento da iniciativa o Sebrae já contabilizava 38 empreendimentos, conforme a matéria da revista *Veja Rio* (*op. cit.*), como as empresas Coletivo do Porto, Goma, 32 Bits, Incubadora Afro Brasileira, M+E Desing, além do lançamento da sede carioca da *YouTube Spaces* (inauguração prevista para 2016).

15 Os principais canais de divulgação do Projeto Porto Maravilha são o *website* e o *blog* oficiais, os perfis de divulgação nas redes sociais Facebook e Twitter e uma revista quadrimestral disponível em versão impressa e virtual. Além disso, a sala de exposições Meu Porto Maravilha, espaço de 585 metros quadrados localizado na Rua Barão de Tefé, apresenta o conjunto de transformações a serem realizadas pela operação urbana através de mapas, infográficos, fotos, vídeos e simulações das perspectivas da área no futuro.

e demográficas com consequências de longo prazo para a população local” (Rolnik, 2016, p. 33). O Projeto Porto Maravilha não foge a essa regra e traz as marcas da ambiguidade e pesados custos sociais, sobretudo às populações menos favorecidas.

Mientras que el proyecto Porto Maravilha ha sido ampliamente elogiado entre los principales agentes económicos y públicos de la ciudad, los desplazamientos forzados de moradores, la violencia institucional contra las poblaciones de menores ingresos, la falta de transparencia y participación ciudadana en su elaboración y los intereses del mercado inmobiliario han despertado reticencias y desconfianza entre los residentes cuestionando si el proyecto será verdaderamente un legado maravilloso también para los intereses de las comunidades y de los habitantes del Área Portuaria. (Coma, 2011, p. 214)

Trata-se da produção de uma “lógica de exceção” que impera durante os anos de preparação da cidade para a recepção do evento, que supõe a eliminação de manifestações de pobreza por meio de ações de revitalização que priorizam um “embelezamento urbano” em detrimento das necessidades dos moradores locais, permitindo restrições de direitos e garantias processuais quando considerado necessário para assegurar tais ações, afetando os setores mais frágeis da sociedade ao realizar despejos e remoções forçadas, reduzindo a acessibilidade à moradia, isolando essa população em relação à comunidade e às redes sociais existentes e criminalizando suas atividades (Rolnik, 2016).

Um exemplo é o que vem acontecendo nos morros da Conceição e da Providência – locais de grande importância para a história e a cultura da cidade do Rio de Janeiro – que abrigam uma população de renda muito baixa e vêm se tornando um dos principais alvos dos projetos de renovação urbana com vistas ao incremento do turismo na região. O Morro da Conceição vinha sendo, desde finais dos anos 1990, alvo de programas de intervenção urbana, como o Programa “Pró-Morro da Conceição” realizado em parceria com o governo francês. Segundo Monteiro e Andrade (2012), o insucesso desta iniciativa liga-se, entre outros fatores, à estigmatização da região e ao baixo envolvimento da população local com o referido projeto. Com o Projeto Porto Maravilha, novamente o poder público volta seus olhos para esta “reliquia carioca”, propondo uma série de reformas de infraestrutura urbana, restauração de edifícios e espaços públicos e instalação de novos pontos comerciais como bares, restaurantes e ateliês. Como consequência imediata, e a exemplo da valorização

imobiliária em torno de 83% de janeiro a dezembro de 2010, observada na área portuária, o aumento do preço dos aluguéis é uma realidade, correndo o risco de transformar a região, em pouco tempo, numa espécie de Morro de Santa Teresa¹⁶.

O caso do Morro da Providência é ainda mais emblemático dos revezes causados por este novo tipo de urbanismo. Ligada à promessa de concessão de terras aos veteranos que, em 1897, lutaram no nordeste do país na sangrenta Guerras dos Canudos e a existência de comunidades quilombolas, a favela do Morro da Providência logo se viu acrescida pelos escravos recém-libertos, constituindo um dos principais sítios da cultura e da história afro-brasileira e tida como o berço do samba no Rio de Janeiro. Se as tentativas de reurbanização desta favela remontam ao ano de 2005, através do Projeto Favela-Bairro do então prefeito Cesar Maia, sua incorporação ao Projeto Porto Maravilha, em 2010, marca uma nova etapa na qual mais uma vez os interesses da população local parecem conflitar com os mercadológicos. Se até então o clima de insegurança e violência presente nas comunidades de baixa renda cariocas representava um importante obstáculo à sua reconversão, o programa de “pacificação” da Secretaria de Estado de Segurança e a instalação de uma Unidade de Polícia Pacificadora no Morro da Providência trouxeram a “estabilidade” necessária ao bom desenvolvimento dos negócios.

Ainda que haja uma ênfase nas questões relativas à residência, por meio do Projeto Morar Carioca, o fato dessa reurbanização ficar ao encargo da iniciativa privada, sob a responsabilidade da Concessionária Porto Novo¹⁷, a radicalidade de um projeto que prevê a remoção de quase metade das residências aí instaladas – sob o argumento de que apresentam risco geotécnico¹⁸, estrutural ou de insalubridade – e o

16 Desde 2009 o Morro de Santa Teresa vem sofrendo um processo de revitalização e enobrecimento devido ao seu potencial turístico e cultural. Esse processo contou com o cercamento das favelas localizadas no bairro, impedindo o seu crescimento, e a cobrança de novos impostos aos residentes da área, gerando a drástica diminuição da população de baixa renda residente na região e transformando-a, em 2012, no 26º metro quadrado mais caro da cidade.

17 Ao conceder à Concessionária Porto Novo o controle administrativo de serviços públicos, passamos de um momento no qual a cidade era gerida como uma empresa (Vainer, 2000) a uma nova situação na qual o próprio setor privado passa a assumir as tarefas de gestão urbana (Coma, 2011), configurando um cenário ainda mais preocupante e perverso, no qual reinam, agora de maneira direta, os interesses do capital.

18 De acordo com o Dossiê da Articulação Nacional dos Comitês Populares da Copa (2012), muitos dos laudos de risco de desabamento alegados pela prefeitura já foram descaracterizados por contra-laudos geotécnicos que apontaram um número muito menor de moradias que se encontram realmente

processo por meio do qual tais medidas estão sendo adotadas – sem a participação efetiva da comunidade local e desrespeitando a lei orgânica do município, que exige que as famílias sejam realocadas em um raio de no máximo quinhentos metros do seu local de origem – tem gerado forte oposição, entre outros, do movimento Fórum Comunitário do Porto, que vem denunciando a violência e a violação dos Direitos da população envolvida.

Chamando a atenção para o fato de o Projeto Porto Maravilha só prever a produção de quinhentas unidades habitacionais de interesse social, número que se mostra bastante reduzido diante da demanda da região, o Relatório de Violação de Direitos e Reivindicações produzido por tal Fórum em 2011 ressaltava que:

O conteúdo de segregação que se produz através das formas de uso e ocupação do espaço, como as planejadas para a região portuária, a partir do privilegiamento das atividades de turismo e entretenimento e da incorporação imobiliária como os novos vetores de crescimento e de centralidades local. Tais atividades demandam um tipo de relação social com o território fortemente baseada no potencial de consumo do espaço. (2011,p.17)

Fica claro, portanto, o quanto tais ações vêm sendo pensadas, não a longo prazo e sob uma perspectiva de melhoria da qualidade de vida dos habitantes dessa região, mas deixando de lado suas necessidades: não se exploram alternativas para garantir a permanência da população na área e, na maioria das vezes, não há qualquer diálogo, nem indenização adequada em decorrência de remoções (Rolnik, 2016), tampouco há alguma chance de que os antigos moradores voltem a habitar a região, uma vez que as cerca de sete mil residências que estão sendo construídas serão destinadas a abrigar jornalistas e árbitros durante a realização dos Jogos Olímpicos e, após o término, serão convertidos em moradias voltadas para as classes médias. Além disso serão oferecidas linhas de crédito especiais para os servidores públicos municipais (Rio de Janeiro [prefeitura], 2012).

A análise do “sucesso” deste tipo de evento tem se baseado sobretudo nos benefícios econômicos para a cidade (Rolnik, 2016), que atingem principalmente a iniciativa privada e não alcançam de fato a população local, sobretudo os setores menos favorecidos, uma vez que não há uma redistribuição igualitária desses

vulneráveis e indicaram que a maioria dos problemas são solucionáveis com simples obras de contenção, sem que houvesse necessidade de demolição dessas habitações.

recursos, mas, pelo contrário, parecem evidenciar a desigualdade social, que se tornou ainda mais exacerbada com o recente colapso das contas públicas do governo do estado do Rio de Janeiro, que acarretará medidas ainda mais restritivas para reduzir gastos e serviços públicos essenciais, penalizando, mais uma vez e principalmente, os setores mais carentes da sociedade.

A CRIATIVIDADE E OS (RE)AJUSTES ESPACIAIS DA ACUMULAÇÃO CAPITALISTA

Já se apontou, em outra ocasião (Lopes, 2008), baseando-se, sobretudo, em Harvey (2004, 2005), o quanto a criação de novos arranjos espaciais propícios à acumulação de capital vem moldando a paisagem urbana contemporânea. Assim, contrariamente ao discurso que previa o “fim do espaço” e a “morte das cidades”, o capitalismo não pode abrir mão das vantagens de uma economia da aglomeração e destes sorvedouros de capital e de força de trabalho excedentes. Como aponta Elsa Vivant:

Das finanças à concepção de jogos de videogame, da pesquisa biomédica ao direito de negócios internacionais, as atividades reputadas como criativas requerem mão de obra abundante, qualificada e flexível, proximidade entre gestores e executores, inúmeras interações face a face, centros dinâmicos de pesquisa e inovação e disponibilidade de capitais. O território metropolitano substitui a empresa como suporte de organização da produção, favorecendo a articulação do trabalho dos diferentes atores, tanto gestores quanto prestadores de serviço (Vivant, 2012, p.64-65)

Assim, as mudanças na própria dinâmica do processo de acumulação, cada vez mais voltada para os “ativos intangíveis” e para os setores da economia dita criativa, a facilidade e mobilidade com as quais os grandes fluxos de capital são alocados e realocados e a consolidação da face contemporânea do sistema-mundo capitalista fizeram com que as vantagens competitivas assumissem novas configurações.

Podemos, dessa forma, considerar o conjunto das intervenções urbanas da região portuária do Rio de Janeiro como um exemplo, para além das necessidades episódicas dos megaeventos esportivos, de uma nova coerência estruturada, de uma nova ordenação espaço-temporal voltada para certa parcela do capital total (Fix, 2000).

Ainda que, como mostrou Harvey (2005, p.147), tais ordenações, por se tratar de mecanismos dinâ-

micos e contraditórios, não estejam isentas dos processos internos do capital que terminam por solapar sua coerência e levam os capitalistas e trabalhadores a buscarem alhures condições mais favoráveis a sua sobrevivência, sua parada, por algum tempo, na região em questão parece fazer jus às inúmeras vantagens que lhes são oferecidas. Para além do “potencial criativo” ideologicamente alardeado, a “volta ao centro” das classes médias e dos grandes investidores, promovendo sua reconversão econômica, está, desta forma, muito mais ligada às “diminuições das incertezas”, “redução dos custos” e altas taxas de retorno propiciados quer pela centralidade, essencial a uma maior fragmentação espacial da produção, acesso às redes de transporte de pessoas e mercadorias e de informação, quer pela oferta da nova infraestrutura – em grande medida ao encargo do poder público ou, como vimos, das parcerias público-privado –, necessária às novas parcelas do capital então em alta. Some-se a isso o fato – nada descartável – de a região contar com um conjunto de ativos, tangíveis e intangíveis (incluindo a força de trabalho), que, deteriorados e precarizados ao longo de todo esse processo histórico, encontram-se agora liberados a custos muito baixos, principalmente em um momento de recessão econômica.

A constância desse mecanismo de alocação e realocação do capital através da criação e posterior desvalorização e destruição dessas ordenações exemplifica aquilo que Nik Theodore, Jamie Peck e Neil Brenner (2009) vêm apontando como o caráter criativamente destrutivo da urbanização neoliberal, sua tendência de, primeiro, destruir, parcialmente, as disposições institucionais e acordos políticos (e acrescentaríamos, ordenações espaciais) vigentes e, segundo, a criação (tendencial) “de uma nova infraestrutura para um crescimento econômico orientado ao mercado, à mercantilização de bens e serviços (sua transformação em *commodities*) e uma normatividade centrada no capital” (2009, p.55).

Transformada em “laboratório institucional de experimentos de política neoliberais”, a região portuária do Rio de Janeiro vive, atualmente, seu momento “criativo”, mobilizando novos mecanismos de assistência social condicionados, novas estratégias de controle e vigilância sociais e novos redesenhos institucionais, ainda que algumas externalidades positivas sejam possíveis, mais uma vez – e os conflitos recentes no centro do Rio de Janeiro são a prova disso – são os menos favorecidos, ali e alhures, quem pagam a conta. A se perdurar tal lógica, e como já podemos observar em alguns outros exemplos espalhados pelo mundo afora, não tardará o momento em que um arranjo mais atraente aos interesses do

capital se constitua e que novas ruínas maravilhosas emirjam.

REFERÊNCIAS

- AMSLER, Shawn T. Porto Maravilha: the redevelopment of Rio de Janeiro’s historic port district – a study of urban waterfront revitalization as a catalyst for real state development. Nova York: Graduate School of Architecture, Planning and Preservation – Columbia University. 2011. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/est_acad/ea1.pdf. Acesso em: 10/01/2014.
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. A Cidade do Pensamento Único: desmanchando consensos. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.
- BARBOSA, Carolina. Zona Portuária recebe negócios de Economia Criativa. Veja Rio, Rio de Janeiro: 15/08/2015. Disponível em: <http://vejario.abril.com.br/materia/cidade/zo:na-portuaria-recebe-negocios-da-economia-criativa>. Acesso em 14/06/2016.
- CDURP (Companhia de Desenvolvimento Urbano da Região do Porto do Rio de Janeiro). Apresentação do Projeto. 2009. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>. Acesso em: 07/01/2015.
- _____. Conheça a região. 2011. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/direito/conhecaRegiao.aspx>. Acesso em: 15/01/2015.
- _____. Museu de Arte do Rio. 2012. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspMAR.aspx>. Acesso em: 15/01/2015.
- COMA, Mauro C. Del sueño olímpico al proyecto Porto Maravilha: el ‘eventismo’ como catalizador de la regeneración a través de grandes proyectos urbanos. Urbe – Revista Brasileira de Gestão Urbana. v.3, n.2, p. 211-227. Julho/dezembro. 2011. Disponível em: <http://www2.pucpr.br/reol/index.php/URBE?dd1=5727&dd99=view>. Acesso em: 18/01/2015.
- DOSSIÊ DA ARTICULAÇÃO NACIONAL DOS COMITÊS POPULARES DA COPA. Megaeventos e violações dos Direitos Humanos no Brasil. 2ª ed. 2012. Disponível em: <http://comitepopulário.files.wordpress.com/2012/06>. Acesso em: 23/01/2015.
- FIX, Mariana. “Fórmula mágica” da parceria público-privada: Operações Urbanas em São Paulo.

- São Paulo: FAU-USP. 2000. Disponível em: http://www.usp.br/fau/deprojeto/labhab/biblioteca/textos/fix_formulamagicaparceria.pdf Acesso em: 20/01/2015.
- FLORIDA, Richard. *A ascensão da classe criativa*. Porto Alegre: LP&M, 2011.
- FÓRUM COMUNITÁRIO DO PORTO. Relatório de violação de direitos e reivindicações. Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <http://www.fase.org.br/UserFiles/1/File/RELATÓRIO%20MPF%20FCP.pdf> Acesso em: 21/01/2016.
- HARVEY, David. *A produção capitalista do Espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.
- _____. *O novo Imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2004.
- JUNIOR, Hélcio M.; JUNIOR, João G.; FIGUEIREDO, João L. A importância da economia criativa no desenvolvimento econômico da cidade de Rio de Janeiro. Coleção Estudos Cariocas. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, nº 20110601. Jun. 2011. Disponível em: http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscaricacas/download/3067_A_importancia_da_economia_criativa_no_Rio_de_Janeiro.pdf Acesso em: 24/08/2015.
- LOPES, Ruy S. *Informação, Conhecimento e Valor*. São Paulo: Radical Livros, 2008.
- MONTEIRO, João C.C.S.; ANDRADE, Julia S.C. Porto Maravilha a contrapelo: disputas soterradas pelo grande projeto urbano. *E-metropolis*, nº8, ano 3, março de 2012. Disponível em: http://www.emetropolis.net/index.php?option=com_edicoes&task=artigos&id=21&lang=pt Acesso em: 20/09/2014.
- PECK, Jamie, THEODORE, Nik, BRENNER, Neil. Neoliberal Urbanism: Models, Moments, Mutations. *SAIS Review* vol. XXIX, n.1, (Winner-Spring 2009). Disponível em <http://as.nyu.edu/docs/IO/222/Peck.Theodore.Brenner.2009.pdf>. Acesso em: 03/10/2014.
- PIO, Leopoldo G. Novas Tendências na Revitalização de áreas históricas: O caso Porto Maravilha. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL – POLÍTICAS CULTURAIS. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2013/11/Leopoldo-Guilherme-Pio.pdf> Acesso em: 14/06/2016.
- REIS, Ana Carla F; KAGEYAMA, Peter (org.) *Cidades Criativas – Perspectivas*. 2ª ed. São Paulo: Garimpo de Soluções, 2011. Disponível em: <http://www.garimposolucoes.com.br/downloads/CCP%20-%20PT%20-%20final.pdf>. Acesso em: 02/09/2012.
- _____. *Cidades Criativas: da teoria à prática*. São Paulo: SESI- SP Editora, 2012.
- REVISTA PUBLICITTÁ. Distrito Criativo do Porto na Semana Design Rio, 03/11/2015. Disponível em <http://www.revistapublicitta.com.br/acao/news/distrito-criativo-do-porto-na-semana-design-rio/> Acesso em: 13/06/2016.
- RIO CRIATIVO – Site oficial. Disponível em: <http://www.riocriativo.rj.gov.br/> Acesso em: 13/06/2016.
- RIO DE JANEIRO (Governo do Estado) – Decreto 44.159. Rio de Janeiro, 15/04/2013. Disponível em: http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:C7oj2zpZJ74J:www.cultura.rj.gov.br/download-documento-projeto/decreto_versao_final_1379720301.pdf+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 17/06/2016.
- RIO DE JANEIRO (Prefeitura). Boletim do Porto do Rio de Janeiro. Nº 2. Julho, 2010b. Disponível em: <http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/Boletim%20do%20Porto,n2%20para%20web.pdf> Acesso em: 21/01/2013.
- _____. Boletim do Porto do Rio de Janeiro. Nº 5. Agosto, 2011. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/b_p_5.pdf Acesso em: 21/01/2013.
- _____. Boletim do Porto do Rio de Janeiro. Nº 8. Junho, 2012. Disponível em: http://www.portomaravilha.com.br/conteudo/revistas/b_p_8.pdf. Acesso em: 21/01/2013.
- _____. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2009-2012. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf. Acesso em 14/06/2016.
- _____. Plano Estratégico da Prefeitura do Rio de Janeiro 2013-2016. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf. Acesso em 14/06/2016.
- ROLNIK, Raquel. Jogos Olímpicos e direito à moradia adequada. *Ciência & Cultura*. Ano 68, nº 2, Abr-Jun, 2016, pp 31-36.
- SEC - Secretaria de Estado da Cultura do Rio de Janeiro. Projeto Rio Criativo. Disponível em <http://www.cultura.rj.gov.br/apresentacao-projeto/rio-criativo>. Acesso em 13/06/2016.
- VAINER, Carlos. A cidade de exceção. *Anais do Encontro Nacional da Anpur*, vol.14, 2011. Disponível em <http://www.anpur.org.br/revista/rbeur/index.php/anais/article/view/2874> Acesso em 05/10/2014.
- VIVANT, Elsa. *O que é uma cidade criativa?* São Paulo: SENAC, 2012. ■